

CIBERESPAÇO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

CYBERSPACE, MEMORY AND FORGETFULNESS

Silvana Drumond Monteiro¹
Ana Esmeralda Carelli²

Resumo:

A memória é objeto de estudo para vários campos do saber. Na Ciência da Informação ela é sinônima de preservação, posto que essa área propõe-se a preservar a memória da humanidade, e por esse motivo não contempla, explicitamente, o esquecimento, em suas teorias e práticas. Com o advento das tecnologias da Internet que possibilitaram o surgimento do Ciberespaço e a virtualidade das formas simbólicas (ou desterritorialização dos signos), a preservação, como nós a entendemos, já não parece plenamente possível nesse meio. Nesse sentido, discute-se o esquecimento, nas três temporalidades da memória: oral, escrita e digital, mediante o seu relacionamento com o Ciberespaço, que evidencia o esquecimento como categoria da memória.

Palavras-chave: Memória; Esquecimento; Ciência da Informação; Tecnologias da Informação e Comunicação.

Abstract:

Memory is study object in several knowledge fields. In Information Science it is a synonym of preservation, considering that the main concern of this area is to preserve the humanities memory, and for this reason does not regard forgetfulness in its theory and practice. Due to Internet technology, the arising of the cyberspace as well as the virtuality of symbolic forms (or landlessness of signs), memory preservation, as it is understood, does not seem possible in this environment. In this sense, forgetfulness is discussed in three memory modes: spoken, written and digital, due to its relation to cyberspace, which highlights forgetfulness as a memory category.

Keywords: Memory; Forgetfulness; Information Science; Information and Communication Technologies (ICTs).

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL)

² Universidade Estadual de Londrina (UEL)

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, campo interdisciplinar de conhecimento, responde aos problemas informacionais da sociedade, de sua origem voltada ao uso da informação nos diferentes contextos humanos (SARACEVIC, 1996). Nesse sentido, nas subáreas da Ciência da Informação, a preservação é um aspecto central de preocupação e ocupação dos profissionais que atuam nos espaços destinados à memória.

Desde sua concepção, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares da **memória** da humanidade, pelo que, a perspectiva da memória é vista como **preservação**. Ao preservar documentos, os lugares da memória guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país e, com isso, a Ciência da Informação desconsiderou um importante aspecto da memória: o **esquecimento**.

Segundo Nora *apud* LUCAS (1998) os lugares da memória podem ser classificados como lugares topográficos, em que figuram as bibliotecas, os arquivos e os museus, como lugares funcionais, a que pertencem os manuais, as autobiografias ou as associações e os lugares monumentais, que são os cemitérios ou as arquiteturas.

Os lugares da memória podem ser comparados à memória de longo alcance, graças à preservação de seus suportes materiais. Assim, a Ciência da Informação “esqueceu-se” que o esquecimento faz parte da memória, pois o paradigma da área é uma extensão da materialidade dos livros, dos textos e do signo fixo e territorializado.

A memória, sob uma perspectiva evolutiva, foi definida por Chapouthier (2005, p.9) em dois sentidos. No sentido estrito, “[...] memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento”. Em uma concepção mais ampla, o autor afirma que a memória é, também, “[...] todo traço deixado no mundo ou nos componentes deste por um determinado evento”.

De acordo com Barros (2005, p.1), uma forma simples de defini-la seria dizer que a “[...] memória é a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações”. A aquisição é também denominada de aprendizado. “A evocação é também chamada recordação, lembrança, recuperação.”

Para Ferreira e Amaral (2004, p.139, grifos dos autores), “Falar de memória é falar de uma certa estrutura de arquivamento que nos permite experiências *socialmente significativas* do passado, do nosso presente e de nossa percepção do futuro.”

Em qualquer tempo, a memória é evocação do passado, o tempo que ficou perdido e não voltará mais. Explica Ribeiro (2007, p.1):

A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para os indivíduos.

Alguns estudos, como os de Izquierdo (2002; 2004) revelam que a memória humana (biológica), caracterizada como complexa, na sua estrutura e no seu funcionamento, precisa esquecer para não se sobrecarregar. Nesse caso, o esquecimento não é considerado um lapso ou um problema, mas um processo natural e necessário para o funcionamento da memória.

A preocupação com a preservação dos saberes cresceu com o advento e constante crescimento do Ciberespaço, um meio virtual de disponibilização de informações e conhecimentos caracterizado pelo seu caráter desterritorializado. O Ciberespaço é um ambiente inconstante e virtual, no qual os dados se encontram em interminável movimento e se sucedem, se modificam, interagem e se excluem.

No Ciberespaço a questão da preservação da informação e do conhecimento é questionada, pois, estando no ambiente virtual, não há garantias de que uma informação esteja disponível após certo tempo. O Ciberespaço, devido as suas características intrínsecas, torna evidente o esquecimento, isso porque a preservação, nesse meio e neste momento, não é um fator essencial.

De acordo com Lévy (1998), as redes de comunicação e as memórias digitais incorporarão a maioria das representações e mensagens produzidas no planeta, graças ao que teríamos boas novidades no mundo virtual, mas também apagamentos de memórias. "As possibilidades materiais de armazenamento nunca foram tão grandes, mas não é a preocupação com o estoque ou a conservação que impulsiona a informatização". (1993, p. 115).

A relação da memória com as técnicas (ou suportes) é antiga, pelo que Ferreira e Amaral (2004, p.138) afirmam:

A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição. Posto que a memória não é possível sem artifícios como a linguagem, a escrita, falar de memória é falar de esquecimento.

Certamente, os autores devem, na citação supracitada, reportar-se à memória social, mas, seja como for, a associação da memória com as técnicas ou próteses parece inevitável. Acrescentam ainda que os suportes da memória não são apenas meios de conservação, mas as próprias condições de sua elaboração.

Nesse contexto, existe uma movimentação, a partir do advento do computador, entre a metáfora do computador, nas Ciências Cognitivas, e a da mente, no Conexionismo, como modelos de memória. Vale observar que essas metáforas, ao longo da História, são influenciadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, de modo que desde:

Platão até pesquisadores atuais das redes neurais, essas metáforas adquirem caráter técnico cada vez maior. [...] Embora durante séculos a memória artificial da escrita ou a impressão de um lacre pareciam imagens suficientes para os filósofos, no século 17 surgiram metáforas mais complicadas, oriundas de analogias mecânicas. [...] As memórias artificiais parecem provar a viabilidade de uma explicação material humana sem menção a algo etéreo como espírito ou consciência (DRAISSMA, 2005, p. 316-7).

Essa movimentação, entre os modelos de memória e os deslocamentos semânticos relacionados às Tecnologias, suscita três categorias: a preservação (retenção), lembrança (ou recuperação) e o esquecimento. Faz emergir, também, novos lugares da memória.

Enquanto a memória biológica define-se como faculdade mental de registro e, na armazenagem de informações no cérebro para posterior revocação (lembrança), a memória registrada seria todo o legado preservado de um povo, ao longo dos tempos. Nessa perspectiva, o esquecimento é inerente a essas memórias, embora se faça presente com mais frequência em um ou outro caso, conforme tratar-se-á ao longo deste trabalho.

O Ciberespaço irrompe como novo meio de disponibilização de informações e conhecimentos e, portanto, um novo foco de trabalho da Ciência da Informação, trazendo à tona a outra face da memória: **o esquecimento**.

O trabalho visa demonstrar como o esquecimento se faz presente na memória, em suas temporalidades históricas e, embora a área de Ciência da Informação objetive preservar a memória, o esquecimento, de qualquer forma, está inserido na memória preservada pela área.

Não obstante, é raro, e até parece contraditório, algum trabalho de pesquisa, da área da Ciência da Informação, sobre o esquecimento. Mas encarar essa empreitada é um grande desafio. As Tecnologias da Informação e Comunicação engendram várias possibilidades de investigação na Ciência da Informação e, por suposto, na memória, sendo o esquecimento uma delas, abordada no trabalho em tela.

2 AS CATEGORIAS DA MEMÓRIA

Categoria, em geral, é qualquer noção que sirva de regra para a investigação ou sua expressão lingüística em qualquer campo (ABBAGNANO, 2003). Segundo a filosofia aristotélica, as categorias, no sentido lógico, são os modos mais gerais de predicar a um sujeito. Assim, a memória possui vários predicados, ou categorias, sob os quais ela pode ser analisada.

Para criação das categorias que visariam o estudo da memória, de modo a compreender a natureza da memória no Ciberespaço, isto é, da nova memória constituída a partir das mídias eletrônicas, fez-se uma análise de conteúdo preliminar do artigo de Smolka (2000) por considerá-lo um texto referencial para o conceito de memória, obtendo-se como resultado as categorias: tipos de memória, espaço, tempo, representação, preservação, História, faculdades mentais e técnicas, dentre outras.

Após a elaboração do “índex” dos diversos conceitos utilizados pelos vários autores citados por Smolka (2000) realizou-se a extração, classificação e reagrupamento das palavras para a formulação das categorias.

Esclarecendo mais detalhadamente, houve, a partir desses conceitos, uma seleção de palavras-chave que melhor os representavam. Assim, as categorias foram criadas *a posteriori*, isto é, após o reagrupamento dos léxicos (palavras-chave) em grupos semânticos semelhantes (classificação) que pudessem representar sua categoria mais abrangente, ou o termo mais geral, mas sem descaracterizar a sua compreensão.

A partir disso, foram estabelecidas as categorias que compuseram o estudo: tipo de memória, representação, espaço (ou lugar), tempo e preservação. As outras categorias extraídas na análise de conteúdo, ou seja, as faculdades mentais e a História não fizeram parte da pesquisa. Esse foi o eixo vertical utilizado como método para o desenvolvimento da investigação sobre a memória.

A memória também foi relacionada com as Tecnologias da Informação e Comunicação com recorte em suas temporalidades, formulando-se o eixo horizontal da pesquisa.

Assim sendo, com a composição dos eixos vertical e horizontal, definiu-se a metodologia, a partir das categorias de investigação sobre memória no Ciberespaço, conforme podem ser observadas a seguir:

MEMÓRIA CATEGORIAS	ORAL	IMPRESSA	DIGITAL
TIPO DE MEMÓRIA			
REPRESENTAÇÃO			
ESPAÇO			
TEMPO			
PRESERVAÇÃO			

QUADRO 01: Eixos de Pesquisa sobre a Memória no Ciberespaço.

A pesquisa visou identificar e estudar teoricamente todos os atributos das referidas categorias de acordo com as temporalidades das Tecnologias da Informação e Comunicação como já explicitadas.

As referidas categorias são importantes ao conceito e estudo da memória na Ciência da Informação. A memória, para essa área, está relacionada especialmente aos mecanismos externos ou físicos de representação e de registro do conhecimento humano. Isso quer dizer que a memória está relacionada à Representação da Linguagem, às Tecnologias da Informação e Comunicação, que se tornam o espaço de inscrição dessas linguagens, com o tempo de permanência dos signos nessas tecnologias, bem como a preservação como decorrência da relação das categorias anteriores.

Vale ressaltar que o "**esquecimento**" embora não tenha sido selecionado como as demais categorias, ao iniciar as discussões, percebeu-se que o esquecimento é parte inerente da memória.

2.1 A Memória e o Esquecimento

Seja qual for o esquema categórico para estudar a memória, neste trabalho foi abordado o esquecimento como uma das categorias da memória no contexto da memória oral e das memórias técnicas, entendidas estas últimas como memória externalizada e mediada pelos registros do conhecimento.

Na mitologia grega, segundo os poemas de Hesíodo, constantes na "Teogonia", a *Mnemosýne* (memória) gerou as Musas (Brandão, 2000). A *Mnemosýne* era memória pura, mas ao gerar as Musas com Zeus, elas já não têm mais o atributo de memória pura, mas carregam consigo o esquecimento (*lesmosýne*). Não do esquecimento absoluto, mas de uma memória para o esquecimento de algumas coisas, nomeadamente os males. Explica, ainda, Brandão (2000, p.18):

[...] trata-se de uma memória que, em vez de fluir sem limites, faz cessar algumas coisas, especificamente as preocupações. Se as musas fossem só memória, sem o esquecimento e a pausa, não deixariam de ser o mesmo que representam as sereias e acabariam por tornar-se fatais. Ora, ao unir-se a Memória a Zeus, mesclando-se com ele, na própria lógica da metáfora sexual, introduz-se nela algo diferente, algo que, tratando-se de uma divindade cujo nome revela um atributo unívoco bem estabelecido, só pode ser *não-memória*. As Musas, portanto, não são exclusivamente memória, mas memória e não-memória (expressa esta última como *esquecimento, pausa*). (grifos do autor)

É na voz das musas, pelas palavras, na linguagem, que se dá a nomeação, a presentificação, a revelação, e também o simulacro, a mentira e o esquecimento (SMOLKA, 2000).

As musas (origem da palavra museu) eram divindades inspiradoras das nove artes, a saber: a música, a poesia épica, a História, a dança (e a dança com flautas), a poesia lírica, a tragédia, a comédia, os hinos sagrados e a Astronomia. Dessas artes, a relação da musa (de genealogia da Memória) com a História fortaleceu-se de modo que se formou um vínculo forte "quase" indefectível entre elas.

Santo Agostinho, doutor da Igreja Católica (séc.IV 345-430 d.C) e estudioso de Platão, explica em “Confissões”:

Que é esquecimento senão a privação da memória? E como é, então, que o esquecimento pode ser objeto da memória se, quando está presente, não me posso recordar? Se nós retemos na memória aquilo de que nos lembramos, e se nos é impossível, ao ouvir a palavra ‘esquecimento’, compreender o que ela significa, a não ser que dele nos lembremos, conclui-se que a memória retém o esquecimento. A presença do esquecimento faz com que o não esqueçamos; mas quando está presente, esquecemo-nos. (SANTO AGOSTINHO, Livro X, 16.24).

Para Ribeiro (2007), o esquecimento é algo inerente e constante das diversas culturas, e ocorre por diferentes razões, seja por mediações entre grupos, seja por lutas ou mesmo disputas.

3 O ESQUECIMENTO E AS TEMPORALIDADES DA MEMÓRIA

Para estudar o esquecimento, como categoria da memória, julgou-se conveniente dividir a memória em três temporalidades distintas: **oral**, a **escrita** e a **digital**. Vale notar que não se trata de eras que se sucedem, mas de épocas nas quais uma ou outra técnica de comunicação e transmissão de conhecimento se sobrepõe às demais.

3.1 Memória Oral

As sociedades consideradas orais são aquelas que antecedem a invenção da escrita, nas quais todo o saber era transmitido oralmente aos indivíduos por meio de narrações, ritos e mitos. Essa temporalidade utiliza-se, basicamente, da memória biológica para a conservação dos saberes.

A memória e a tradição eram inscritas e preservadas nas mentes dos integrantes do grupo e repassadas por gerações.

Refere Lévy (1993, p. 77), “Na oralidade primária a palavra tinha como função básica a gestão da memória social, não a simples livre expressão das pessoas ou a comunicação prática cotidiana”. Sendo assim, quase todo o edifício

cultural estava fundado sobre a lembrança dos indivíduos e a inteligência, nessas sociedades, estava identificada com a memória (sobretudo a auditiva).

Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses, apontados por Le Goff (2003): a idade coletiva do grupo, fundada em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes, que se exprime pelas genealogias; e o saber técnico, transmitido por meio de fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa.

A comunicação era realizada “face a face” e, segundo Villaça (2002), implicava em um contexto de co-presença na qual produtores e receptores compartilhavam um mesmo referencial de espaço e de tempo. As palavras vinham acompanhadas de toda uma semiótica corporal que clarificava a compreensão da mensagem e reduzia a ambigüidade.

Os anciãos, nessa época, eram considerados sábios guardiões da memória que, por sua vivência e experiência adquiridas com a idade, detinham valiosos conhecimentos e preciosas lembranças. Para Lévy (1998, p.177): “[...] quando um ancião morre, é uma biblioteca que se queima”.

Esses homens-memória, os guardiões da memória coletiva, encarregavam-se de reter as genealogias e o saber técnico, bem como os mitos e ritos religiosos.

Outro exemplo de homens-memória são os “mnemones”, ou os funcionários da memória:

[...] que são utilizados pelas cidades como magistrados encarregados de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas memórias vivas transformaram-se em arquivistas (LE GOFF *apud* LUCAS, 1998, p. 6).

Nesse sentido, cabe notar que o **esquecimento**, nas sociedades orais, estava sempre presente, uma vez que tudo o que não fosse reiterado e repetido, constantemente, estaria condenado ao esquecimento.

Para preservar a memória, ritos e mitos eram repetidos quase intocados, pelas rodas das gerações, como observa Lévy (1993). Nada era transmitido sem que fosse observado, escutado, repetido, imitado e atuado pelas próprias pessoas ou pela comunidade como um todo.

3.2 Memória Escrita

À medida que passou-se da ideografia ao alfabeto o tempo tornou-se cada vez mais linear e histórico. “Os calendários, as datas, os anais, os arquivos, ao instaurarem referências fixas, permitem o nascimento da História, se não como disciplina, ao menos como gênero literário. [...] A história é um efeito da escrita” (LÉVY, 1993, p. 94-95).

Com o advento da escrita, os fatos poderiam ser registrados em suporte, não mais cabendo à memória humana a exclusiva função de reter e preservar informações. O eterno retorno da oralidade foi substituído pelas longas perspectivas da história.

Nesse contexto, a memória separa-se do sujeito ou da comunidade tomada como um todo, tornando-se objetiva, morta, impessoal e separando o conhecimento da identidade pessoal ou coletiva. Com o advento da escrita, o saber torna-se disponível, estocado, consultável, comparável, deixando de ser apenas aquilo que é útil no dia-a-dia para ser um objeto suscetível de análise e exame.

Os suportes de inscrição dos fatos (a argila, as tábuas de cera, o pergaminho, o papiro ou o papel), representaram uma extensão da memória biológica humana. Assim, a escrita estendeu a memória biológica transformando-a em grande rede semântica de memória de longo prazo. “O *corpus* do passado encontra-se definitivamente preservado” (LÉVY, 1993, p. 98).

Dessa forma, com a externalização da memória, esta deixava de se restringir às funções cognitivas de reter, preservar e recordar. Corroborando essa idéia, Villaça (2002, p.34.) afirma:

A utopia cognitiva de uma nova língua que mediatizaria as relações entre os homens e lhes imporia a evidência da verdade implicava em que os procedimentos de memorização, tradicionalmente ligados à imaginação pessoal, desaparecessem em proveito de suportes formais externos. Implicava igualmente a possibilidade de os parceiros da comunicação já não serem apenas seres humanos, mas quaisquer ‘seres’ aptos a emitir ou receber mensagens formais.

Para Platão (428-348 a.C.) a invenção da escrita seria responsável pela obliteração da memória biológica, provocando o esquecimento. Isso porque, ao se

externalizar o que se desejava guardar, já não era preciso reter na memória e, assim, os fatos seriam esquecidos.

Em Fedro, Platão, ao buscar a origem da escrita, encontra no mito egípcio “Theuth” (identidade emprestada de um personagem, Thot, o deus da escrita) suas inquietações filosóficas, sobretudo as referentes à memória e ao *logos*. Quando o deus Theuth apresenta ao rei, Thamous, sua invenção, a escrita, assim argumenta: “Eis aqui, oh, Rei, diz Theuth, um conhecimento (*tò máthema*) que terá por efeito tornar os egípcios mais instruídos e mais aptos para se rememorar: memória e instrução encontram seu remédio (*phármakon*)” (*apud* Derrida, 2005, p. 21).

Essa ambigüidade ou polissemia do termo grego, “*phármakon*”, que designa veneno e remédio, na verdade, contempla a visão dialética com que Platão apresenta seus discursos. Tem-se a relação entre o saber vivo e o saber morto, o saber de cor e o texto fixo, e assim a escrita é apresentada, por Platão, como um *phármakon*, conforme Derrida (2005, p. 17), “O livro, o saber morto e rígido encerrado nos *bíblia*, as histórias acumuladas, as nomenclaturas, as receitas e as fórmulas aprendidas de cor, tudo isso é tão estranho ao saber vivo e à dialética quanto o *phármakon* é estranho à ciência médica”.

Assim, afirma que a escrita é o “*phármakon*”, veneno e remédio para a memória. Remédio, para Theut, que a vê como recurso de memória e veneno para o rei Thamous, que a considera nociva à memória viva e, portanto, de pouco valor, uma vez que o “*phármakon*” da escrita era comparado “[...] a *hupómnésis* (*rememoração, recoleção, consignação*) e não para a *mnéme* (memória viva e conhecedora) [...]” (DERRIDA, 2005, p. 36).

Percebe-se que essa tecnologia, a escrita, suscitou, à época, reflexões de suas implicações cognitivas. Com efeito, como previu Platão, o *logos*, hoje, está relacionado à escrita, ou seja, é uma logografia, e assim as mnemotécnicas ou artes da memória, a retórica e o *logos* vivo cederam lugar ao discurso verbal escrito.

Quais seriam as implicações para a memória biológica? Não se sabe ao certo, entretanto, o esquecimento é a categoria menos proeminente na memória escrita, ao contrário da memória digital, que é, em essência, fugaz.

Com a escrita, percebe-se o deslocamento semântico e pragmático da memória, ou seja, a memória na sociedade oral significou reter, saber de cor determinados saberes. Platão previu esse deslocamento do sentido da memória com o advento da escrita, uma vez que tal tecnologia não se prestava à memória

viva, o saber de cor, à memorização, mas sim, ao registro que poderia ser retomado, externamente, o que ocorreu, de fato, muitos anos após o advento da escrita. Eis que a preservação, e não mais a “decoração”, tornou-se o sentido semântico da memória escrita.

Na Idade Média, a memorização se fez presente, mesmo com a escrita, por meio das mnemotécnicas e da retórica, até o momento em que se tornou a tecnologia dominante e o atrator cognitivo da sociedade. Nessa direção, Lucas, (1998, p. 3) a partir da leitura de Leroi-Gourhan, comenta:

[...] a revolução da memória pela imprensa até seu aparecimento dificilmente distinguem diferenças entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa de conhecimento permeia as práticas sociais e as técnicas; sendo que é no manuscrito que se fixa, desde a Antigüidade, todo o saber acumulado, para ser aprendido de cor. Com o impresso, o leitor além de ter diante de si uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, é freqüentemente exposto a textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual.

Com a escrita e, sobretudo, com a imprensa, a quantidade de informações registradas aumentou consideravelmente, favorecendo a criação dos arquivos, bibliotecas e museus, as **instituições-memória**, como as denominou Le Goff (2003).

A escrita externaliza a capacidade de memorização do cérebro humano; e, aparentemente, tudo é possível de ser lembrado, uma vez que seja registrado e preservado.

Por outro lado, nem tudo que está registrado é lembrado, o que na análise do discurso é considerado como esquecimento. Para os lingüistas, em especial para Ducrot (1977), o discurso é explorado como *lôcus* de memória, e nesse contexto, o esquecimento é uma categoria contemplada, assim que, para Orlandi (2000, p.10):

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que toma possível o diferente, a ruptura, o outro.

Continuando o raciocínio de Orlandi (2000), a paráfrase, o sempre retomado e lembrado, é, portanto, a memória que se estabiliza pela repetição. Já o

esquecimento é a ruptura, a possibilidade do novo e da criação, o que implica dizer que o esquecimento, na análise do discurso, tem efeito, ao que parece, positivo, assim como para a memória biológica, sendo considerado como processo natural de regulação do cérebro no uso das faculdades mentais normais.

Le Goff (2003) afirma que os silêncios e esquecimentos da história são instrumentos de dominação ou mesmo de manipulação das classes dominantes das sociedades históricas, já que os lugares da memória, como os museus, bibliotecas e arquivos, originalmente, foram concebidos para guardar acervos reais ou para servir as monarquias, antes de se tornarem públicos. Percebe-se, então, que o esquecimento, nessa fase da memória, adquire características distintas.

No entanto, parece haver, com o aparecimento da escrita, uma tendência em “separar” os fatos que devem ser registrados em suportes e ali permanecer por tempo indeterminado, conservando uma memória registrada pela escrita com durabilidade maior, mais objetiva, fiel, e, portanto, mais confiável e, por esse motivo, tão associada à memória de longo alcance ou ainda, à memória semântica, que consiste na memória do conhecimento. Pela fixidez do signo e do suporte, os quais atribuem a esse tipo de memória o caráter de materialidade, a relação da memória impressa com a preservação se faz quase que de forma sinônima, instaurando na *práxis* biblioteconômica o mesmo paradigma.

Por causa disso, essa área esqueceu-se que o esquecimento é a outra face da moeda, ou seja, da memória. Assim como alguns discursos escritos, não retomados, são considerados “esquecimentos”, as bibliotecas tradicionais possuem seus nichos de esquecimentos, uma vez que nunca conseguiram, nem conseguirão, reunir em um só espaço uma biblioteca universal.

3.3 Memória Digital e o Ciberespaço

Os avanços das tecnologias digitais prosseguem à grande velocidade e, atualmente, há uma utilização massiva dessas novas técnicas em um ambiente denominado “Ciberespaço”, que de acordo com Monteiro (2007, p.1) pode ser conceituado como uma:

[...] grande máquina abstrata, porque semiótica, mas também social, onde se realizam não somente trocas simbólicas, mas transações

econômicas, comerciais, novas práticas comunicacionais, relações sociais, afetivas e, sobretudo, novos agenciamentos cognitivos. É um universo virtual, plástico, fluido, carregado de devires.

Nesse sentido, uma nova memória “desterritorializada” está sendo constituída, sem garantias de preservação.

Autores como Ferreira e Amaral (2004, p.163) dizem existir uma preocupação com essa memória contemporânea, que consiste no fato de que o arquivamento digital não apresenta a linearidade temporal (da narrativa) das memórias anteriores. As memórias anteriores ao formularem uma narrativa, “[...] na qual a consciência pudesse operar um alinhamento do passado, do presente e do futuro, não estariam sendo lançadas no abismo com o arquivamento eletrônico da memória?”.

O arquivo digital tende a barrar a possibilidade de uma narrativa linear: sua lógica é descontínua; ela opera por saltos espaciais e temporais. Ora, nesse contexto, como evocar o passado diante da fragmentação da pós-modernidade? Estaríamos falando de memória? A resposta talvez seja sim, isto é, estamos falando de uma memória, mas com certeza, de outra memória.

Os autores continuam dizendo que, se esse arquivo estiver “verdadeiramente” sendo produzido:

Ele é descontínuo, ele é o lugar e o não-lugar da confluência e do conflito. Não se trata aqui de negar a força hegemônica deste processo de arquivamento. Pelo contrário, propomos apenas que essa técnica apenas se viabiliza abrindo-se à diversidade das técnicas (FERREIRA; AMARAL, 2004, p.163).

A redefinição da nossa contemporaneidade passa pela própria redefinição do tempo e espaço, de modo que para Battelle (2006), o Ciberespaço teria uma memória cultural digital se conseguisse criar o **eixo do tempo**: arquivo da Internet em tempo real com uma cópia dela para cada dia do ano e todos os anos em perpetuidade.

Entretanto, para o autor (p. 241), outros elementos também são importantes à ascensão dessa memória:

- a) ubiquidade: a integração de cada vez mais informação nos índices da WEB, para tanto é necessária a digitalização do conhecimento analógico para o Ciberespaço;
- b) busca personalizada: a aplicação de sua Web pessoal no sentido de uma resposta mais perfeita;
- c) ascensão da Web semântica: a etiquetagem de informações para facilitar a busca;
- d) busca específica de domínio.

Comparando a memória biológica com as novas possibilidades criadas com o surgimento da Web, Caygill *apud* Ferreira e Amaral (2004, p.160) ressalta:

O conjunto de técnicas que constituem a WWW e sua base tecnológica nos computadores interligados da internet parecem prometer uma **nova arte da memória, na qual o conhecimento pensado como invenção tecnológica substitui o conhecimento como recordação**, e na qual o arquivo figura como um efeito das conexões possibilitadas pelo trabalho tecnológico de memória, **ao invés de um dado (e cuidadosamente policiado) estoque de informação**. (grifo nosso).

Toda essa memória desterritorializada, no Ciberespaço, não tem o “eixo do tempo”, isto é, instrumentos e dispositivos que estejam preservando essas informações e conhecimentos e consolidando uma memória de longo alcance.

Os mecanismos de busca no Ciberespaço têm grande importância nesse tipo de memória, pois realizam “lembranças” dos conteúdos que lá estão, entretanto, eles não atuam na Internet “invisível”, onde grandes quantidades de dados não são acessíveis aos indivíduos. Para se ter uma idéia, o Google, hoje, é uma das maiores plataformas de processamento de dados do mundo, entretanto, seu objetivo é a busca e não a preservação dessa memória. Atua gerando índices dos conteúdos existentes na rede, atualizando-os constantemente.

Outro aspecto importante, que tem relação com a própria natureza do Ciberespaço, é a desterritorialização dos itens, pois cada vez que uma página da Web muda ou sai de linha a versão original se perde, de modo que para Battelle (2006 p. 239) a “Web não tem memória”.

A memória, no caso da sociedade digital, encontra-se tão objetivada em dispositivos automáticos que Lévy (1993, p. 131-2) afirma se a própria noção de memória ainda é pertinente:

O enorme estoque de imagens e palavras ressoando ao longo das conexões, cintilando sobre as telas, repousando em massas compactas nos discos, esperando apenas um sinal para levantar-se, metamorfosear-se, combinar-se entre si e propagar-se pelo mundo em ondas inesgotáveis, esta profusão de signos, de programas, esta gigantesca biblioteca de modelos em vias de construção, toda esta imensa reserva não constitui ainda uma memória. Porque a operação da memória não pode ser concebida sem as aparições e supressões que a desagregam, que a moldam de seu interior [...] Ainda é necessária, portanto, uma memória humana singular para esquecer os dados dos bancos, as simulações, os discursos entrelaçados dos hipertextos [...]. (grifo do autor).

Com efeito, para Lévy (1993), a informática, entendida como tecnologia intelectual, mesmo que estenda a memória de trabalho biológica, sua capacidade de imaginação e visualização “[...] funciona mais como um módulo externo e suplementar para a faculdade de *imaginar*” (p. 124, grifo do autor). Prosseguindo com o autor, ressalta-se que, se à primeira vista a informática faz crer na continuidade da inscrição do signo sobre o território, ao contrário, ela serve “[...] à mobilização permanente dos homens e das coisas [...] de uma reorganização permanente e em tempo real dos agenciamentos sóciotécnicos: flexibilidade, fluxo tensionado, estoque zero, prazo zero.” (p.114).

Ao comparar as três temporalidades mencionadas, em relação ao tipo de memória predominante em cada uma delas, vê-se que, além de afetar a memória de maneiras diferentes, o esquecimento também ocorre de forma mais evidente em um ou outro tipo de temporalidade da memória.

No caso da memória oral, como já visto, o que interessava era preservado por meio da constante transmissão oral de ritos e mitos pelas rodas das gerações. Dessa forma, era esquecido o que não era reiterado. Na memória escrita, por sua vez, o conhecimento julgado conveniente de ser preservado era (e é) registrado em suportes, preservando-se a memória.

Na sociedade digital, sobretudo no Ciberespaço, o esquecimento é uma constante (como na memória biológica), pois nesse meio não há garantias de preservação. O esquecimento é inerente ao Ciberespaço, se levarmos em conta que

a “retirada” de documentos antes disponíveis na rede, a Web invisível e a desterritorialização dos signos implicam em esquecimento.

Nesse sentido, é possível perceber que o esquecimento afeta, de maneira muito mais sutil a sociedade escrita que as demais. O esquecimento, entre outras características, aproxima a sociedade oral da sociedade digital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esquecimento é um procedimento comum e natural da memória. A mente esquece fatos irrelevantes para concentrar-se no armazenamento de dados considerados de maior importância.

Até mesmo a memória técnica é constituída de esquecimento. Não é possível memorizar tudo o que está disponível, nem na mente humana (oralidade), nem nos “lugares da memória” (escrita), nem mesmo, no Ciberespaço (digital). Sendo assim, cabe questionar a *práxis* biblioteconômica e sua relação com o esquecimento, no intuito de compreender que, mesmo preservando o conhecimento registrado em diversos suportes, algumas formas de esquecimento estavam ali, explícita ou implicitamente.

O Ciberespaço possibilita a virtualização e a desterritorialização dos signos. Sendo assim, cabe notar que, para Bergson (1999), a memória já é, por sua natureza, virtual, ela se atualiza toda vez que é externalizada. A atualização registrada da memória (leia-se “reificação”) tende a retirar a potencialidade da virtualidade, mas, por outro lado, garante a fixação (leia-se “preservação”) dessa memória no território.

A memória digital está mais próxima à memória da oralidade que à escrita, uma vez que a transmissão de conhecimentos entre os indivíduos de um grupo ocorre de maneira semelhante: em tempo real. Além disso, a característica mais notável do Ciberespaço é, justamente, a virtualidade.

No entanto, enquanto os fatos eram repetidos constantemente para que fossem gravados na mente, preservando-se a memória, as informações, no Ciberespaço, são efêmeras e instáveis. O documento hoje disponível na rede pode, no dia seguinte, já não estar disponível.

O ritmo de produção e disponibilização de dados e informações no Ciberespaço é extremamente acelerado e, por esse motivo, talvez, a preservação não seja tão fundamental, já que novos conhecimentos estão disponíveis a cada dia.

Como Lévy (1993, p.115) afirma: “O devir da oralidade parecia ser imóvel, o da informática deixa crer que vai muito depressa, ainda que não queira saber de onde vem e para onde vai. Ele é a velocidade”.

Com efeito, se até o momento a categoria “preservação” assegurava a memória dos registros do conhecimento, com o advento do Ciberespaço percebe-se que a preservação não atende satisfatoriamente a memória virtual no Ciberespaço, devido à complexidade das novas representações, dada a virtualidade, tanto dos signos, quanto da mídia.

Sendo assim, é válido pensar que, se a Ciência da Informação sempre teve como prioridade a preservação da memória, para posterior recuperação e uso, com o advento das tecnologias da Internet que possibilitaram o surgimento do Ciberespaço, a preservação, como a conhecemos, já não é possível. O Ciberespaço, com seus devires e possibilidades, veio instaurar na Ciência da Informação uma categoria ainda não aceitável ou perceptível nessa área: o esquecimento.

A memória virtual no Ciberespaço, de uma maneira geral, estaria mais ligada ao pensamento, à produção sócio-cultural de múltiplas semióticas, e aos esquecimentos do que as possibilidades físicas de conservação da produção humana, como nos registros impressos. Uma memória engendrada nela mesma, em tempo real e em contínua transformação. Como ela revela mais o estado atual de coisas do que a preocupação com a armazenagem dos dados, Lévy (1993, p. 115) diz que ela é mais espelho do que memória; “[...] espelhos o mais fiéis possível do estado atual de uma especialidade ou de um mercado”.

Se a preservação como permanência do signo, fortemente ligada à memória escrita (de longo alcance), foi a principal categoria de apropriação ou mesmo de compreensão da memória em algumas áreas, percebe-se que há a necessidade de, neste momento de emergência das mídias digitais, buscar outras categorias que expliquem sua natureza, a fim de poder repensar as velhas práticas e, quem sabe, postular novas possibilidades paradigmáticas e pragmáticas para a memória. É, no momento, um dos grandes desafios da Ciência da Informação, ao qual se soma a compreensão teórica das múltiplas semióticas, por parte dos profissionais da

informação. O fato é que estamos, na contemporaneidade, construindo outro tipo de memória.

Ribeiro (2007, p.5) lembra que o momento já impõe uma nova possibilidade de memória, diferente daquela aportada em documentos ou na oralidade, mas uma “[...] que oferece pela rede a capacidade da democratização das informações e de realização plena de um novo humanismo através das novas tecnologias da informação, da velocidade eficiente e dos bytes”. Por outro lado, reconhece que, no campo discursivo, a contemporaneidade já recebe a alcunha de “Sociedade do Esquecimento”.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Daniela Martí. A memória. **Comciência**, n.52, p.1-4, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/15.shtml>>. Acesso em: 04 jun. 2007.

BATTELLE, John. **A busca**: como o Google e seus competidores reinventaram os negócios e estão transformando nossas vidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Rio de Janeiro: M. Fontes, 1999.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. As musas ensinam a mentir (Hesíodo, Teogonia, 27-28). **Ágora. Estudos Clássicos em Debate**, n.2, p.7-20, 2000. Disponível em: <<http://www2.dlc.na.pt/classicos/musas.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2006.

CHAPOUTHIER, Georges. Registros evolutivos. **Viver Mente & Cérebro: Memória**, n.2, p.8-13, jul. 2006. Ed. Especial.

DRAAISMA, Douwe. **Metáforas da memória**: uma história das idéias sobre a mente. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2005.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. 3.ed.rev. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DUCROT, O. **Dizer e não dizer**. Princípios de semântica lingüística. São Paulo: Cultrix, 1977.

FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, v. 4, p.137-166, abr. 2004.

IZQUIERDO, Ivan. **A arte de esquecer**. São Paulo: Vieira & Lent, 2004.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 419-476.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre . **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento. **Transinformação**, Campinas, v.10, n.1, p.1-6, jan/abr. 1998.

MONTEIRO, Silvana Drumond. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 02 jun. 2007.

ORLANDI, Eni. P. **Análise do discurso**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2000.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. **Memória e contemporaneidade: as tecnologias da informação como construção histórica**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml>> Acesso em: 08 mar. 2007.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1984. Livro X, p.7-26.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun.1996.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, ano 21, n. 71, p.166-193, jul. 2000.

VILLAÇA, Nízia. **Impresso ou eletrônico? Um trajeto de leitura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.